

cionalismo”. Eu me permito requerer a V. Exa. a reprodução, na íntegra, de tal artigo no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a fim de permitir que as pessoas acompanhem de forma racional e inteligente, não demagógica, o que efetivamente está acontecendo neste país. Essa é a primeira parte.

Agora, vou começar a segunda parte. Presidente Doutor Ulysses, V. Exa. sabe que antes de ser deputado, fui delegado tributário e tive uma carreira no funcionalismo. Sou decano desta Casa: estou aqui há 32 anos. Não sou mais candidato; estou encerrando meu trabalho. Mas quero fazer um pedido: que V. Exa. encaminhe o que vou dizer ao nosso governador do estado.

Todas as Secretarias, sem exceção, se revoltam quando um coitado tem que pedir uma certidão de tempo de serviço. Normalmente, quem pede essa certidão o faz porque está necessitando de alguma coisa urgente. E a média para concessão dessa certidão, inclusive na Assembleia Legislativa de São Paulo, é de meses. Quero dizer aos senhores que este deputado é fuçador, procura ver as soluções. E me parece que a Polícia Militar do Estado de São Paulo tem um sistema que permite a expedição de certidão de tempo de serviço no prazo de uma ou duas semanas.

Então, meu pedido é no sentido de ser encaminhado ao Senhor Governador este pronunciamento. E vale também para a Assembleia Legislativa o que estou falando. Demora meses para ser expedida uma certidão de tempo de serviço. Isso é uma vergonha, sobretudo na época em que se fala de informatização, de aparelhos digitais, disso e daquilo. Quem solicita essa certidão o faz visando alguma coisa urgente e essa urgência vai se exaurindo ao longo dos meses.

Então, Sr. Presidente, dentro do critério que compete a V. Exa., estou lhe pedindo dois requerimentos: o primeiro é a transcrição do artigo do jornal “O Estado de S. Paulo” e o segundo é o encaminhamento de meu pronunciamento não só ao governador, mas também ao presidente da Assembleia Legislativa, no sentido de formar uma comissão que efetivamente dê solução a essa vergonha do funcionalismo chamada “certidão de tempo de serviço”.

Passo a ler o artigo extraído do jornal “O Estado de S. Paulo”.

“Universidades e o novo teto do funcionalismo. Definição do subsídio do governador como salário máximo em SP levou à fuga de docentes.

Causou ceulema a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 5, de 2016, pela Assembleia Legislativa de São Paulo. A PEC fixa o subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça como teto dos vencimentos do funcionalismo público paulista.

Os principais argumentos contra a PEC estão relacionados às legítimas preocupações com o impacto orçamentário da mudança em tempos de grave crise econômica. Entendemos, no entanto, que a resolução da crise não se pode dar em prejuízo do serviço público. Muito menos dos docentes e funcionários das universidades públicas paulistas, que, pela produção e difusão de conhecimento altamente qualificado, desempenham papel social extremamente relevante.

Em primeiro lugar, é necessário distinguir a elevação do teto salarial da justa crítica aos chamados “supersalários”. Estes são distorções que devem ser combatidas e a nova emenda constitucional reforça o marco legal para extingui-los. A aprovação da PEC repara situação que diminuía a remuneração do funcionalismo de São Paulo – o Estado mais rico e com o maior custo de vida do País – ante todos os Estados da Federação. Apenas o Espírito Santo apresentava teto mais baixo que o paulista. Nos últimos anos, em São Paulo, o teto – dado pelo subsídio do governador – vinha sendo arbitrariamente mantido em níveis muito mais baixos que o teto federal, causando disparidade em relação à remuneração dos trabalhadores das outras universidades públicas do País, incluídas as que se situam no próprio estado de São Paulo. Além disso, o teto instituiu uma anomalia, pois regulava uma carreira de estado pelo vencimentos de alguém que exerce mandato político.

Vale destacar que a PEC não introduz aumentos, mas suspende o corte salarial que atingia os servidores públicos, principalmente os que se encontram no estágio final da carreira. Não haverá impacto orçamentário no primeiro ano, e sim um escalonamento para que quem tiver direito possa alcançar o limite do subsídio mensal dos desembargadores nos próximos quatro anos.

Uma carreira diz respeito a toda uma vida dedicada ao serviço público, com previsibilidade quanto às regras de ingresso e progressão salarial. Exige-se dos docentes das universidades públicas uma longa trajetória de formação desde a graduação, passando pelo mestrado, doutorado e pós-doutorado. São anos de formação necessários para ingressar na carreira. Nas três universidades públicas paulistas, esta é constituída por seis níveis no magistério superior. A passagem do segundo para o terceiro nível se dá por concurso de livre-docência e do quinto para o sexto, por concurso público para professor titular. Tais concursos exigem alta qualidade do trabalho acadêmico e relevância científica das pesquisas empreendidas pelos servidores.

Desse modo, a ascensão na carreira se dá ao longo de 20, não raro 30 anos de trabalho ou mais. A definição do subsídio do governador como teto remuneratório fazia com que a carreira dos professores mais antigos fosse comprimida, em termos salariais (mas não em termos acadêmicos), para apenas quatro níveis.

No caso da USP, da Unesp e da Unicamp, o antigo teto provocou grave desestímulo aos docentes com extensa trajetória universitária e de dedicação ao serviço público. Esses docentes, que tiveram décadas de contribuição social, tiveram seus salários cortados justamente no auge de sua produção científica e de sua capacidade de formação de novos pesquisadores. Tal situação levou a aposentadorias precoces e à frequente fuga desses profissionais para universidades federais, universidades privadas e universidades no exterior, ou simplesmente ao abandono da carreira universitária em prol de ocupações mais bem remuneradas na iniciativa privada. Além disso, fez diminuir consideravelmente a atratividade das universidades paulistas para os jovens talentos, tão importantes para a manutenção futura da excelência duramente conquistada.

O sistema de ensino superior público paulista é uma das principais forças do Estado e um patrimônio que a sociedade precisa defender.

É preciso que haja vontade política para manter a qualidade e os novos desafios por que passam a USP, a Unesp e a Unicamp. Mesmo em crise de financiamento, as três universidades estaduais paulistas respondem por cerca de um terço dos artigos científicos produzidos no País. Entre 1995 e 2018, o número de estudantes matriculados na USP, na Unesp e na Unicamp praticamente dobrou. Hoje elas têm, juntas, cerca de 190 mil alunos matriculados em seus cursos de graduação e de pós-graduação. Essa expansão se deu em meio a um grande esforço de financiamento próprio das universidades, com a criação de novos campus e sem a prometida ampliação orçamentária.

A situação previdenciária é muito pior do que em 1994, quando se fixou o repasse de 9,57% do ICMS às universidades. Além disso, pelo menos no caso da Unicamp, é fundamental ampliar o repasse da Secretaria da Saúde para o financiamento da área de saúde, responsável pelo atendimento de alta complexidade de mais de 6 milhões de usuários.

O caráter estratégico das universidades deve ser considerado pela sociedade paulista e por seus representantes na Assembleia Legislativa, de modo que a ampliação de suas fontes orça-

mentárias permita a efetiva valorização de seus funcionários e docentes recém-contratados, e também a permanência de uma política segura de expansão e democratização do ensino superior no Estado.

A defesa da universidade pública requer profissionais reconhecidos e valorizados. Sem eles perde toda a sociedade, pois a universidade pública é imprescindível à criação de alternativas para o desenvolvimento e o enfrentamento dos graves problemas sociais que nos afligem.”

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado, é regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Doutor Ulysses, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia, antes de qualquer coisa, quero cumprimentar a Faculdade Politécnica de Campinas. Obrigada pela presença. É sempre muito saudável para esta Casa ter visitas importantes, ligadas à Cultura e à Educação, participando deste espaço.

Também quero cumprimentar a delegação chinesa da Federação Brasileira de Intercâmbio China Brasil, que foi uma orientação do nobre deputado Carlos Giannazi, do PSOL.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna dizer que hoje é o dia em que se comemora em todo mundo, há 49 anos, o Orgulho LGBT. Foi em 28 de junho de 1969, nos Estados Unidos, que os LGBTs, cansados das violências e humilhações por parte da polícia, reagiram exigindo respeito e dignidade.

As lutas foram e têm sido muitas desde então, no Brasil e no mundo. Até hoje, há países em que as relações homoafetivas são consideradas crimes punidos com a morte.

Vale lembrar que o Brasil é o país que mais mata LGBTs, embora tenha a Parada do Orgulho Gay na Avenida Paulista, a que comparecem milhões de pessoas. É um evento que traz muita economia para este Estado. Por outro lado, é o país que mais assassina os LGBTs. Eles continuam a ser vítimas de insultos, muitas vezes dentro da própria família, nas ruas, nos locais de trabalho, na mídia, na escola e em todos os lugares.

Além disso, a discriminação contra essas pessoas, às vezes, é velada. Na verdade, hoje em dia, toda a sociedade faz questão de dizer, inclusive a classe política, que apoia os LGBTs. Antigamente não era assim, mas hoje apoiar os LGBTs é uma coisa que está ficando politicamente correta.

O nosso mandato tem tido espaço para o acolhimento dessa luta - não só dela, mas de muitas outras -, afinal nós respeitamos as pessoas, independentemente da escolha e da orientação. Até agora nós já fizemos alguns projetos de lei em defesa desse segmento. Vamos continuar aliados nessa luta por direitos em defesa das pessoas.

Sr. Presidente, quero manifestar também aqui a minha solidariedade e apoio a nossa pré-candidata a Presidência da República, do PCDoB, Manuela d’Ávila, que foi desrespeitada por uma bancada medíocre de entrevistadores, na última segunda-feira, quando participou do programa Roda Viva, na TV Cultura.

O que se viu ali foi uma tentativa de calar a voz da Manuela, que tem muito a dizer sobre projeto de país. Aliás, no outro dia eu ouvi um ministro do STF dizer que nenhum dos pré-candidatos à Presidência tem projeto de nação. Mas eu posso garantir que Manuela d’Ávila tem projeto de nação. Uma mulher brilhante, uma das mulheres mais votadas pela Câmara Federal.

Quero agradecer e cumprimentar as nossas companheiras aqui, deputadas Márcia Lia e Beth Sáhão, que ocuparam esta tribuna para fazer uma defesa veemente pela Manuela d’Ávila. Em nome do PCDoB agradeço a duas nobres deputadas.

Quero também agradecer a todos os deputados que, afinal de contas, aprovaram e ajudaram a aprovar nosso projeto que, graças a Deus, virou lei. É o Quesito Cor em todo cadastro no estado de São Paulo. As pessoas vão ter que colocar, em qualquer cadastro feito neste estado, a sua cor. Só dessa forma poderemos saber exatamente qual é o percentual de negros e negras que existem em São Paulo. Vamos poder criar políticas públicas para essas pessoas, quando tivermos o resultado desse cadastro.

Sr. Presidente, quero agradecer pela oportunidade, e dizer também que nossa bancada, eu e o deputado Gustavo Petta, somos favoráveis ao projeto do deputado que está defendendo a questão dos animais, o transporte de carga viva, em relação aos animais. A mobilização desse segmento foi muito forte na Casa. Acho que na próxima terça-feira eles estarão aqui para poder ajudar e prestigiar o deputado Feliciano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, em nome de toda a Assembleia Legislativa, dá as boas-vindas e anuncia a visita dos alunos do curso de Direito da Faculdade das Américas - FAM, e alunos da Unicsul/São Paulo, acompanhados pelo Sr. Wilson Batista Melo, a convite do deputado Fernando Capez. Queremos saudá-los com uma salva de palmas. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estudantes da Faculdade das Américas e da Unicsul, três assuntos nos chamam a atenção.

O primeiro, a dificuldade de marcar cirurgia no estado de São Paulo. Pacientes, mesmo com câncer, estão aguardando por cirurgia. Hoje apareceu um caso de câncer de estômago, de cólon. O paciente disse que está aguardando, com retorno para novembro.

É uma coisa muito grave. Trabalhamos muito em cima para haver uma lei de tolerância zero, de vaga zero, para quem está diagnosticado com câncer, já com biópsia, para que comecem o tratamento praticamente na mesma semana do diagnóstico.

O Congresso conseguiu passar, através de votação, que o tempo mínimo para iniciar o tratamento seria de 60 dias, seja ele cirúrgico, quimioterápico ou radioterápico. Ocorre que isto não está acontecendo no País, nem em São Paulo está acontecendo. E os nossos pacientes estão reclamando, e nos procuram, como médico e deputado, dizendo “o que eu faço se não conseguimos a minha cirurgia. Estão marcando o retorno para novembro e o diagnóstico está aqui com biópsia e com tudo”. Isso está acontecendo com cirurgias também oftalmológicas, e apavora a nós que somos da área de Saúde.

Pedimos uma audiência com o secretário Zago, mas não foi marcada ainda. Portanto, solicito essa audiência, o mais rápido possível, para ver o que nós podemos fazer, principalmente, em relação às cirurgias oncológicas. Realmente, parece que diminui o número de hospitais de serviços credenciados para o atendimento dessas cirurgias. São cirurgias de prótese de joelho, articulação coxofemoral. Praticamente há demora de um ano e meio a dois anos, quando se consegue marcar.

Quero voltar a falar aqui de um assunto relacionado às estradas.

Há muito tempo que estamos pedindo uma alça para a passagem da Ayrton Senna para o bairro do Taboão. E o que tem ocorrido? Estivemos na Artesp terça-feira, e o coronel Alberto, presidente da Artesp, ele nos disse que não havia chegado nenhuma informação. Mas aqui tem uma informação dada que o Governo do Estado irá fazer essa alça para Taboão, o que é muito bom para nós. A Artesp não sabe, mas já temos essa informação de que o Governo vai autorizar essa obra. E com isso ele passou a liberar um dinheiro para uma vicinal que tem o nome de Yoneji Nakamura, que liga o bairro do Taboão, do Itapevi, onde nós temos a zona industrial de Mogi das Cruzes. O DER libera uma quantia de oito milhões e que foi vibrado muito e feito um acordo com a câmara municipal e a prefeitura de Mogi das Cruzes.

Esse pedido nós estamos fazendo - a melhoria dessa estrada - há muito tempo, para que ela tenha acostamento, para que tenha a parte de drenagem e que nós possamos ter uma segunda via de acesso a esse bairro industrial. Se nós focarmos só nessa vicinal Yoneji Nakamura, ela liga o bairro do Taboão, Itapevi até Santa Isabel e Guararema, nós poderíamos ter aí uma zona industrial de primeiro mundo, porque teremos a parte de iluminação, a parte de energia está perfeita, a parte de drenagem está sendo anunciada e também a parte de pavimentação com alargamento da via. Se nós não alargarmos essa via, não vamos ter uma estrada em condição de transportar cargas pesadas. Infelizmente, no estado de São Paulo, no Brasil, o transporte rodoviário é o que prevalece. E aqui ele estará prejudicado enquanto nós não vamos ter o melhor transporte de carga que seria por vias férreas.

Vamos aqui continuar lutando como Governo do Estado para que faça um programa ideal para vias férreas. O transporte ferroviário é muito mais barato, não é poluente e transporta uma carga muito maior com menor custo.

Vamos lembrar que essa é a nossa ideia para o estado de São Paulo e também para o Brasil como um todo. O que não podemos é depender somente do transporte rodoviário. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, só gostaria de complementar uma denúncia que eu havia feito no início do Pequeno Expediente em relação às demissões em massa que a Laureate, hoje a proprietária praticamente tanto da Anhembi Morumbi como da FMU, está colocando em curso em São Paulo.

Foram várias demissões, 90 só agora da Anhembi Morumbi, 66 da FMU e 20 da Fiam, demissão em massa de professores. Esses são os primeiros números. Temos informações do Simpro e da Federação dos Professores do Estado de São Paulo, que têm números superiores a esses que estamos apresentando aqui. Essa é uma contagem muito por cima, inclusive agora à tarde haverá uma assembleia no Simpro com os professores demitidos, mas tudo indica que o número é muito maior. É uma prática que essas universidades têm feito nos últimos anos no Brasil. E agora, com a reforma trabalhista, infelizmente já aprovada pelo criminoso governo Temer, a situação ficou muito pior, porque eles estão demitindo sem nenhuma cerimônia: o que importa é o lucro rápido e fácil dessas instituições, principalmente da Laureate, que é uma universidade norte-americana que comprou tanto a Anhembi Morumbi como a FMU, e é controlada por fundos de investimento dos Estados Unidos. Então, eles não estão preocupados com a qualidade de ensino dos nossos alunos, com a formação dos professores, com direito trabalhista.

Nada disso interessa para a Laureate. Ela quer faturar em cima da exploração do trabalho dos professores e das mensalidades dos alunos. Por isso que ela não faz nenhum tipo de cerimônia com essas demissões. Em todo semestre temos demissões em massa, e mais uma aconteceu. Já falei sobre isso, já fiz aqui um requerimento pedindo a convocação dos representantes da Laureate na Comissão de Educação e na Comissão de Relações do Trabalho. Além disso, vamos acionar o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o MEC contra o que vem acontecendo.

Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui a presença de duas alunas, que são do Centro Acadêmico do Curso de Naturologia da Anhembi Morumbi. Elas também estão sendo prejudicadas por essas medidas do grupo Laureate, as alunas Camile e Ana Carolina. Parabéns pela mobilização de vocês, que estão nessa luta pressionando e denunciando o desmonte dessas universidades, dos cursos e da precarização.

Eles estão precarizando tudo, não há nenhum compromisso mais com o mínimo de qualidade de ensino. Eles demitem professores qualificados, com mestrado, com doutorado, com pós-doutorado, professores com bagagem, com experiência, com trajetória em cada área. Demitem esses professores e contratam outros com salários inferiores, pagando a metade do que pagavam para um professor qualificado. Isso vem acontecendo com muita frequência na Anhembi Morumbi e também na FMU, isso após a venda dessas universidades para esse grupo econômico dos Estados Unidos, Laureate, que é controlado, como eu disse, por um fundo de investimento.

Um fundo de investimento não tem a preocupação com qualidade de ensino, com educação brasileira, com aluno no Brasil, com professor, com mestrado, com doutorado. Nada disso interessa, apenas o lucro; interessa aumentar o investimento. O dinheiro investido é uma especulação financeira. É disso que se trata a Laureate. Ela não tem preocupação com educação, com qualidade. Por isso que eles estão sucateando, degradando a educação, e sobretudo essas faculdades que foram compradas por eles.

Quero fazer um repúdio, mas um repúdio público a essas demissões em massa e a essa precarização também do ensino particular, especialmente agora na FMU e na Anhembi Morumbi. Não é diferente, a Kroton tem feito isso também, que é o outro grupo controlado por grupos de investimentos, também na mesma linha de atuação. É isso que virou a Educação do Brasil; é pior do que mercadoria. Até então, nós dizíamos que a Educação virou mercadoria. Agora, é pior, nem mercadoria é. É investimento no sistema financeiro, é especulação no mercado financeiro. É isso que virou a Educação no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência, em nome da Assembleia Legislativa, quer saudar também as alunas presentes e desejar-lhes muito sucesso na sua empreitada. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, e da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Padre Rosalvino Morán Viñayo.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 21 minutos.

* * *

28 DE JUNHO DE 2018 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: MARCO VINHOLI e DOUTOR ULYSSES

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 8/16, vetado totalmente.

2 - FELICIANO FILHO

Discute o PL 8/16.

3 - FELICIANO FILHO

Requer verificação de presença.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não alcança número para a continuidade dos trabalhos. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, hoje, às 19 horas e 27 minutos. Levanta a sessão.
* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquisição dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 8, de 2016, (Autógrafo nº 32234), vetado totalmente, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de “Regina Célia Ruy Manarelli” ao viaduto localizado no km 47+688m da Rodovia Elyseer Montenegro Magalhães - SP 463, em Aratuaba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Feliciano Filho.

O SR. FELICIANO FILHO - PRP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero começar agradecendo a todos os deputados que votaram conosco na última terça-feira. Mostraram, realmente, o caráter e a vontade dos deputados, inclusive na inversão - 65 deputados votaram a favor da prorrogação, ou seja, para que pudéssemos continuar e aprovar a urgência ao PL 31 e, subsequentemente, fazer o Congresso de Comissões, para trazê-lo em plenário na segunda extraordinária.

Mas, infelizmente, alguns deputados decepcionaram, como todos os que estiveram aqui viram, inclusive todos os ativistas. Isso indignou e revoltou não só os ativistas, como este deputado e também muitos deputados que vieram aqui para votar o PL. Muitos entraram em contato comigo não só aqui no plenário, mas também nos corredores. Me ligaram se solidarizando. Então, gente, é muito triste que isso tenha acontecido. São pouquíssimos deputados. Pediram para eu não dar nomes, mas eu acho que todo mundo já sabe e eu acho que o jogo é esse.

Na minha opinião, não foi um jogo muito apropriado. Obviamente, o PPS continua fazendo isso - o deputado Davi Zaia e o deputado Roberto Morais. Mas, quem coordena tudo isso, na verdade, é o deputado federal Arnaldo Jardim, que foi secretário da Agricultura. Ele é o grande cacique que coordena tudo isso.

Então, eu acho que nós temos que entender. Eu faço um apelo a todos eles, voltando naquela minha tese - não minha, ontem, hoje, todo dia está saindo matéria aí dos representantes dos frigoríficos aqui do Brasil: eles são totalmente favoráveis ao PL, eles mostrando a questão do prejuízo que está havendo para a sociedade.

Até quando eu tive uma reunião com o secretário da Agricultura, o Francisco Jardim, o único argumento que ele me apresentou para ser contra o PL é que ele disse que iria diminuir o preço da arroba de carne se o PL fosse aprovado.

Ora, nós, homens públicos - seja secretário, deputado - estamos aqui a serviço da sociedade, e não a serviço de meia dúzia de pecuaristas. Então, eu quero que um deputado venha aqui, olhe naquelas câmeras, e fale para a sociedade a verdade.

Quer dizer, a respeito da exportação do gado vivo, nós ficamos com o insumo, com o ônus da questão ambiental, e eles ficam com o bônus, que o animal vai limpinho para lá, e nós ficamos com a degradação. Gera mão de obra lá fora, e aqui dentro, não. Não tem um centavo de imposto para reverter para a sociedade, no caos que estamos vivendo hoje.

“Não, mas interessa a meia dúzia. Não podem abrir mão.” Não, gente. Eu peço encarecidamente que o PPS bote a mão na consciência e entenda que nós fizemos juramento quando entramos aqui nesta Casa.

Eu estou no terceiro mandato, e as três vezes eu fiz esse juramento, que nós tínhamos que trabalhar aqui para o estado de São Paulo e para a sociedade paulista, e não para meia dúzia.

Quero fazer um apelo aqui aos deputados Arnaldo Jardim, Davi Zaia e Roberto Morais e a tantos outros deputados que seguram a mesma linha.

Não quero alongar-me muito, presidente. Quero, também, fazer um apelo para o nosso presidente, Cauê Macris, que cumpriu integralmente tudo o que foi combinado naquele dia, para que paute o nosso projeto. Na terça-feira, fechamos um acordo com a deputada Beth Sáhão e com outros deputados para que não se votasse mais nada, para que trancássemos a pauta, enquanto o PL nº 31 não for pautado. É por isso que estou aqui hoje, para fazer cumprir aquilo que foi combinado.

Vários líderes mostraram essa vontade de trancar a pauta. Enquanto não votarmos o PL nº 31, não votaríamos mais nada. Faço um apelo ao grande presidente Cauê Macris, que também tem a sua sensibilidade e cumpriu tudo aquilo conosco naquele dia. Faço um apelo a V. Exa. para que paute a urgência do nosso projeto. Hoje, não dá mais, mas que paute na próxima terça-feira, para que possamos retomar essa questão.

O SR. FELICIANO FILHO - PRP - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convindo os nobres deputados Marco Vinholi e Doutor Ulysses para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É feita a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Marco Vinholi e Doutor Ulysses.

Esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, lembramos da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.

* * *

28 DE JUNHO DE 2018 37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS e MARCO VINHOLI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento, coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Marco Vinholi, de alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão do PL 305/18. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PL 305/18. Coloca em votação e declara aprovado o projeto, salvo emenda e substitutivo, ficando prejudicado o substitutivo nº 1. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda nº 1.